

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ARIADNE JUNIA GOMES DA CUNHA

**A RESISTÊNCIA DE MULHERES ESTUDANTES PERNAMBUCANAS FRENTE À
REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)**

RECIFE
2022

ARIADNE JUNIA GOMES DA CUNHA

**A RESISTÊNCIA DE MULHERES ESTUDANTES PERNAMBUCANAS FRENTE À
REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial de obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Professora Mestre Élcia de Torres Bandeira.

Co-orientadora: Professora Doutora Marcília Gama da Silva.

RECIFE

2022

SUMÁRIO

1. Notas introdutórias	4
2. O golpe, a instauração da ditadura e as políticas repressivas	6
3. Movimento estudantil e formas de resistência à ditadura	9
4. Mulheres militantes	13
5. Estudantes pernambucanas da resistência	15
6. Violência de gênero	20
7. Memória e verdade	21
8. Referências	23

A RESISTÊNCIA DE MULHERES ESTUDANTES PERNAMBUCANAS FRENTE À REPRESSÃO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)

Ariadne Junia Gomes da Cunha¹

RESUMO: O movimento estudantil foi um dos grandes impulsionadores da resistência à ditadura militar brasileira, ocorrida entre os anos de 1964 e 1985. Os diversos atos de rebeldia e manifestações anti-governistas provocados pelos estudantes levaram a fortes reações e auxiliaram na queda do regime. Trazendo a perspectiva da participação das mulheres dentro do espaço público e a situação feminina na história, conectada ao patriarcado e a invisibilização sociocultural da mulher, o presente artigo objetiva relacionar mulheres inseridas no campo educacional e em organizações de esquerda que combatiam a ditadura no estado de Pernambuco, analisando as formas de resistência estudantil e exemplificando figuras femininas inseridas em organizações de resistência contemporâneas ao período ditatorial. Com a intenção de explorar as subjetividades dos sujeitos observados, fez-se uso do método de pesquisa qualitativo, com análise bibliográfica e documental através do estudo de artigos científicos, teses, dissertações e livros, e da consulta aos relatórios de comissões da verdade nacional e estaduais.

Palavras-chave: mulheres; estudantes; ditadura; Pernambuco.

ABSTRACT: The student movement was one of the great drivers of resistance to the Brazilian military dictatorship, which happened between 1964 and 1985. The various acts of rebellion and anti-government demonstrations provoked by the students led to strong reactions and helped to overthrow the regime. Bringing the perspective of women's participation in the public space and the female situation in history, connected to patriarchy and the sociocultural invisibility of women, this article aims to relate women inserted in the educational field and in left-wing organizations that fought the dictatorship in the state of Pernambuco, analyzing the forms of student resistance and exemplifying female figures inserted in contemporary resistance organizations to the dictatorial period. With the intention of exploring the subjectivities of the subjects observed, a qualitative research method was used, with bibliographic and documental analysis through the study of scientific articles, theses, dissertations and books, and the consultation of the reports of national and state truth commissions.

Key words: women; students; dictatorship; Pernambuco.

1. Notas introdutórias

A classe estudantil, no que tange a posicionamento político, costuma apresentar comportamentos considerados vanguardistas à sua época. Em diversos

¹ Estudante de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Bacharela em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). E-mail: ariadnejunia@gmail.com.

momentos da história mundial as universidades e ambientes escolares mostraram-se verdadeiros celeiros de produção de pensamento crítico, reivindicações sociais e reflexões sobre movimentações e decisões tomadas por poderes e que afetam a população. A partir do conhecimento científico, debates de cunho filosófico e do agrupamento em setores de afinidade político-social, muitas lutas foram travadas com a mobilização proveniente dos estudantes, formando as diversas faces do movimento estudantil (LUCENA, 2016, p. 43). No século XX, muitas pautas levantadas e apoiadas pelos estudantes obtiveram grande relevância mundial, como as movimentações de maio de 1968 na França, que aglutinaram também os trabalhadores (VENTURA, 1988, p. 85). Os estudantes, portanto, mostram-se veículos de mudança social, publicidade de demandas e um alvo constante para aqueles que visam obter controle da população.

No que concerne às mulheres, historicamente, elas foram suprimidas de diversos ambientes, com sua participação no espaço público sendo negadas, diminuídas ou excluídas de registro para a posterioridade. Heleieth Safiotti, em seu escrito “O poder do macho”, de 1987, disserta sobre naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher provenientes de um senso comum longo em que a figura masculina é supervalorizada. Desta forma, a mulher não foi considerada um sujeito apto a transformar a história das sociedades e culturas por um longo tempo e suas vozes foram silenciadas, sem uma efetiva perpetuação de suas narrativas.

A historiografia acerca das vivências femininas no Brasil obteve uma efervescência na década de 1980, com publicações como a edição “A mulher no espaço público” da Revista Brasileira de História (v. 9, n. 18, 1989) e “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar” (1985), de Margareth Rago. Mesmo existindo estas importantes obras e outras correlatas, ainda podem ser encontradas lacunas sobre a presença ou ausência feminina em fatos, movimentos e governos, estando os pesquisadores incumbidos da tarefa social de trazer à tona informações e elaborar discussões a partir do que se pode – ou não – ser encontrado. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro apontam em seu artigo intitulado “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”, de 2007, a necessidade da continuidade da abordagem narrativa histórica com um enfoque nas

mulheres e suas dinâmicas sociais, políticas e culturais. Destarte, com a emergência de um aprofundamento na pesquisa sobre a história das mulheres e as suas vivências, é necessário trazer diferenciações levando em consideração o momento histórico em que estão inseridas, o contexto social e étnico-racial (DAVIS, 2016, p. 24).

Nas primeiras décadas do século XX é possível observar uma movimentação, advinda principalmente de mulheres brancas abastadas, para a obtenção do direito ao voto, ao estudo e a entrada no espaço público, enquanto mulheres pobres, majoritariamente negras, estavam nas ruas e dentro de fábricas, exercendo funções exaustivas e invisibilizadas por toda a sociedade (RAGO, 2004, p. 487). Ao ingressarem e se estabelecerem no ambiente escolar e universitário, algumas mulheres, assim como seus colegas homens, compunham o movimento estudantil, com pautas locais, como reivindicação de infraestrutura adequada em áreas de estudo, e ampliadas, com linhas políticas diversas, localizadas em espectros políticos de esquerda e de direita. De acordo com Norberto Bobbio, os termos “esquerda” e “direita” são lugares do espaço político, conceitos considerados antagônicos, mas não absolutos (BOBBIO, 1995, p. 118).

Dentro dos diversos ambientes do movimento estudantil, as mulheres, que primeiramente eram ensinadas a ser boas mães e esposas (BASSANEZI, 2004, p. 510), entram em contato com teoria política e firmam seus posicionamentos, participando de grupos de estudantes e demais membros da sociedade. Organizações vinculadas ao movimento estudantil que adinham de alinhamentos de esquerda foram alvo de represália por serem considerados comunistas (SANTOS, 2009, p. 104). A partir da eclosão do golpe de 1964 e do advento do período ditatorial, tais perseguições foram ampliadas, com mulheres e homens estudantes caçados e presos por expressarem opiniões diversas às do regime.

2. O golpe, a instauração da ditadura e as políticas repressivas

Enquanto o mundo passava por um momento de mudança, com o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, travada entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS),

a partir dos anos de 1940, o Brasil vivia seus próprios conflitos políticos e econômicos. A revista Tempo (v. 14, n. 28, 2010) traz um dossiê sobre os acontecimentos após o final do Estado Novo, quando foi promulgada a Constituição de 1946 e o início do que é chamado de experiência democrática, perpassando desde 1946 até março de 1964. O período da experiência foi marcado pelo populismo, crises econômicas e ascensão dos setores conservadores da sociedade, que, influenciados pelos ecos da Guerra Fria, sentiam-se ameaçados com alguma possibilidade de alinhamento do Brasil ao bloco soviético e adesão ao comunismo (MOTA, 2000, p. 18).

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, assume o governo seu vice-presidente, João Goulart. Ao propor reformas econômica, agrária, universitária, tributária, política e urbana, Goulart foi taxado de comunista e sofreu intensa propaganda contra seu governo (MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 66). Segundo Marcília Silva (2007, p. 30) e Moniz Bandeira (1978, p. 65), o governo norte-americano atuou no financiamento das forças contrárias a Jango, apoiando instituições anticomunistas como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Materiais audiovisuais e impressos elaborados por organizações como IPES e IBAD, com teor anticomunista e contrário ao governo Goulart foram veiculados socialmente. Em resposta ao que acreditavam ser uma ameaça comunista, comitês compostos principalmente por mulheres lideraram a “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade”, uma passeata conservadora com bandeiras de defesa dos “valores cristãos”, o “fim dos comunistas” e a “intervenção militar” no governo. A primeira e maior marcha aconteceu em São Paulo, mas há registros do acontecimento de outras marchas pelo Brasil (PRESOT, 2004, p. 70). Neste momento, a mulher, até então pouco valorizada na vida pública e no âmbito político, aparece como protagonista. Estes setores conservadores levaram a figura feminina às ruas como sinônimo da inocência, trazendo o que seria a pureza conservadora frente à “devassidão” comunista (RAGO, 2004, p. 494).

Mobilizadas, as mulheres se constituíram em poderoso instrumento de luta contra o comunismo. Motivadas na defesa da família, religião, pátria e propriedade, elas se mobilizaram em defesa dos princípios tradicionais que acreditavam estar correndo riscos, sendo ameaçados pelo crescimento do comunismo. (CAVALCANTI, 2021, p. 273).

As pressões sofridas por João Goulart, os grupos que convocaram manifestações e a propagação de uma ameaça comunista, associadas à ação de empresários e de setores militares culminaram no golpe de estado que deu início a vinte e um anos de ditadura militar no Brasil. Entre a noite do dia 31 de março e o dia 1º de abril, os militares tomaram o poder com força total, reprimindo qualquer possibilidade de resistência e depondo João Goulart. Na capital do estado de Pernambuco, Recife, estudantes e trabalhadores protestaram, culminando nas primeiras mortes da ditadura militar (SILVA, 2007, p. 226). Cidadãos e políticos foram presos ainda nos primeiros dias de abril, e, “(...) após a efetivação do golpe civil-militar em abril de 1964 empreende-se uma verdadeira caça às bruxas em Pernambuco, que se concentra não apenas nas áreas urbanas, de maior incidência de comunistas, mas também no meio rural” (CORREIA, 2017, p. 36).

A partir de 1964, inicia-se um governo em que os presidentes não eram eleitos pelo povo, advinham de carreiras militares e o direito era utilizado como instrumento de legalização de atos autoritários (RICHTER; FARIAS, 2019, p. 383). Pessoas consideradas subversivas², que tinham ideias ligadas ao espectro político à esquerda, conexões com o Partido Comunista e atuação social política foram vigiadas pelos sistemas militares de inteligência, fazendo com que práticas como a expulsão de estudantes de universidades, censura às artes e à imprensa, repressão política e prisões arbitrárias fossem comuns (SILVA, 2007, p. 38). A Constituição de 1946 foi suspensa, com a legislação direcionada às mãos do Poder Executivo e firmada através de Atos Institucionais (AIs), com as normas reafirmando o poder ditatorial:

(...) o que se vê é uma profusão de leis, decretos, atos institucionais, medidas provisórias etc. É um período de anomia, pelo menos, até a promulgação da Constituição de 1967. Talvez seja o período da história do Brasil em que mais se alterou a legislação vigente. O Estado de exceção legitima através de uma legislação coercitiva, a ditadura, dando ar de legalidade a uma práxis inconstitucional. (SILVA, 2021, p. 180).

A repressão, institucionalizada através dos AIs, age suprimindo os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Poder Executivo obtendo atribuições excepcionais legislativas e de punição, com a cassação de mandatos, exclusão de

² “Nesse contexto, o “subversivo” é antes de qualquer coisa um inimigo interno. Aos olhos dos defensores da ordem, o crime político viola as idéias, corrompe os bons costumes e, por conseguinte, “a ordem estabelecida”, provocando uma ruptura nessa ordem e impondo o caos, e precisa ser combatido.” (SILVA, 2007, p. 196).

partidos políticos e censura instaurados (BRASIL, 1964; 1966; 1968). Em seus escritos, Michel Foucault aborda as relações de poder entre o Estado e a sociedade. Na obra de 2005, “A verdade e suas formas jurídicas”, o autor demonstra a relação entre as condutas realizadas pelos agentes sociais e a resposta dada pelo Estado, que, ao absorver a tutela jurídica dos direitos indisponíveis, passa a dar respostas ao sujeito e à sociedade. No caso em tela, da ditadura militar brasileira, o ordenamento jurídico autoritário abria margem para que o Estado, ofendido por aqueles que iam de encontro às ordens ditadas, tomasse uma atitude truculenta com o argumento do bem maior e da segurança nacional.

Isto significa que o dano não é somente uma ofensa de um indivíduo ao Estado, ao soberano como representante do Estado; um ataque não ao indivíduo, mas à própria lei do Estado. Assim, na noção de crime, a velha noção de dano será substituída pela infração. A infração não é um dano cometido por um indivíduo contra outro; é uma ofensa ou lesão de um indivíduo à ordem, ao Estado, à lei, à sociedade, à soberania, ao soberano. (FOUCAULT, 2005, p. 66).

Esse estado de alerta que Foucault teoriza é observado na política exercida pela ditadura militar brasileira, que baseava sua polícia e aparato militar no medo e controle social, juntando tal diretriz aos atos normativos que legitimaram o cerceamento de direitos. O anticomunismo, as prisões políticas e a espionagem, fortaleceram instrumentos de controle social, com expoentes repressivos conhecidos como Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) (CNV, 2014, p.169). Silva (2007, p. 101) aponta como esses órgãos da repressão estatal perseguiram ativamente os cidadãos com táticas de vigilância constante, registro de atividades dos suspeitos, condução ilegal de interrogatórios e aplicação de castigos físicos e psicológicos.

3. Movimento estudantil e formas de resistência à ditadura

Enquanto a ditadura e seus agentes consolidavam seu poderio e efetuavam ações repressivas de captura, apreensão, sequestro e torturas de pessoas consideradas inimigas do regime, os grupos de esquerda passam a organizar-se em diferentes frentes para agir em oposição aos militares, com maior expressão entre os anos de 1968 e 1970 (VENTURA, 1988, p. 43). O movimento

estudantil e sindical mostram-se grandes expoentes da resistência, elaborando formação política de seus integrantes, confeccionando periódicos, fazendo comícios e encaminhando-os ao que se conhece como caminho pacífico e luta armada (GORENDER, 1987, p. 49; p. 79). Em seu escrito “Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada”, de 1987, Jacob Gorender traz um relato detalhado sobre como os grupos de resistência diferiam-se entre si, baseando-se em seus planos de ação para conquista da simpatia e apoio popular e nas linhas filosóficas. É possível observar que, a partir do conflito de como iriam enfrentar os militares e atingir o nível revolucionário, era comum a criação de dissidências de um grupo que levava a formação de um novo.

As perseguições àqueles resistiam no campo ou na cidade eram manifestadas através de práticas truculentas, estabelecendo as prisões e torturas como forma de controle social ao mesmo tempo em que transformavam os cidadãos em constantes suspeitos. O movimento de constante alerta constitui um estado vigilante, com inteligência e espionagem atuando ao lado da truculência. Foucault, em *Vigiar e Punir* (1993), traz o exemplo da prisão em formato panóptico, em que, mesmo em diferentes posições dentro do espaço, sempre se é observado. Há a ligação entre o sistema panóptico analisado por Foucault e o estado de alerta que os militares instauraram no Brasil, assemelhando-se no que concerne ao objetivo, que no panóptico seria:

Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce. (FOUCAULT, 1993, p. 225).

Esse controle estatal partia além da vigilância comparada ao panóptico, atingindo altos níveis de violência contra os presos políticos. Havia o corriqueiro uso da tortura como extração de provas. Os órgãos de inteligência seguiam qualquer pessoa suspeita de ter harmonia com ideais comunistas, socialistas ou contrários ao regime, estendendo-se em vários ambientes sociais de forma. As fichas eram elaboradas nos DOPS e DOI-CODI, que mantinham prontuários com os dados dos investigados, suas famílias e conexões sociais, sendo mais uma aproximação do sistema panóptico, pois “(...) o Panóptico penitenciário é também um sistema de documentação individualizante e permanente” (FOUCAULT, 1993, p. 279). Quando

se acreditava que os suspeitos tinham posicionamento político oposicionista, eram efetuadas prisões e torturas.

A tortura se inscreve como espaço da absoluta materialização do estado de exceção e conseqüente criação de um vácuo em que o ser humano se depara com o poder limite/soberano, aquele que investe, se exerce e se concretiza no direito de decidir sobre a vida e a morte das pessoas. Sob a ordem do regime de exceção, as salas de tortura passam a ser o novo regulador da vida política. (SILVA, 2007, p. 202).

Perseguidos e vigiados de perto, os estudantes participantes dos movimentos continuavam em sua luta e, em sua maioria, estavam ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), a entidade máxima que aglutina as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs). Sob a bandeira da UNE e de seus próprios movimentos, esses estudantes agiram expressivamente contra a ditadura militar, participando de passeatas e convidando colegas de turma para participar da resistência. O ambiente universitário obtinha tamanha atenção que o governo enviava agentes disfarçados de estudantes com a intenção de investigar e prender pessoas que subvertessem a ordem ditada pelos militares (SOARES, 2021, p. 95). Frente a esta ojeriza dos militares aos estudantes, a UNE foi reprimida e sua sede, no Rio de Janeiro, destruída (CVESPRP, 2015, p. 1168).

Reforçando a legitimação dos atos repressivos através do uso das leis, o governo militar promulga em novembro de 1964 a Lei nº 4.464, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, nome do ministro da educação da época. O corpo legal previa que entidades de representação estudantil fossem postas na ilegalidade, fazendo com que a UNE e as UEEs fossem proibidas de atuar em todo o território nacional, e instaurando a subordinação de grêmios estudantis, diretórios e centros acadêmicos à órgãos controlados e vigiados pela repressão (CVESPRP, 2015, p. 1170). Os servidores, como reitores e professores, deveriam seguir os termos ditados pela lei, caso contrário, incumbiriam em punição: "(...) Art. 17. O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta Lei" (BRASIL, 1964). Em resposta à apresentação e votação da Lei Suplicy, os estudantes realizaram greves, panfletagem e congressos como forma de reivindicação de sua não-aprovação (ROCHA E SILVA, 2002, p. 75).

Desta forma, mesmo com os partidos políticos, a UNE e os demais movimentos de resistência atuando apenas na clandestinidade, com riscos elevados à segurança de quem participasse de reuniões e protestos devido a espionagem e prisões realizadas pelos agentes da repressão, os militantes seguem organizando-se para combater as ideias e ações dos militares. Ao longo da ditadura, foram realizadas, entre outros atos de resistência, caminhadas, protestos, assembleias, apoio a greves de trabalhadores, panfletagens, edição de periódicos, paralisações e ocupações como formas de expressão desses estudantes (FERREIRA, 2014, p. 110).

A propaganda foi grande artifício da resistência, com a colagem de materiais em espaços públicos, lançamento de panfletos, poemas e *cards* distribuídos com chamamento para caminhadas e reuniões. Com os comícios e panfletagens públicas cada vez mais perigosos, a propagação das ideias antirregime se diferencia, veiculando em panfletos lançados ao vento, balões, pichações e discursos rápidos com rotas de fuga previamente elaboradas. Silva (2007) aponta que:

(...) também foram utilizados meios bem criativos para que propagandas e denúncias chegassem ao conhecimento da população. “Arremessos de pacotes com panfletos nas paradas de ônibus, que ao serem lançados em velocidade se abriam e voavam pelas ruas. Outro recurso era jogar de altos edifícios para que voassem pelo centro chegando às mãos da população. A distribuição nas universidades, escolas, sindicatos era a mais comum, no entanto a mais visada e perseguida.” (SILVA, 2007, p. 173).

No estado de Pernambuco, o trabalho contra a ditadura composto pelos estudantes foi reprimido duramente, com as universidades públicas sofrendo intervenções, professores e estudantes sob suspeita e vigilância até em sala de aula (SANTOS; PIORNEDO; DIAS; MEDEIROS, 2021, p. 70). Os embates com a ideologia do regime militar levaram os estudantes a realizarem greves estudantis, permanecendo ao lado das entidades de unificação nacional e estadual. Órgão representativo estudantil no estado, a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), foi um grande polo de resistência, alvo de invasões pela repressão e, “(...) mesmo posta na ilegalidade, a UEP continuou atuando politicamente (...)” (SOARES, 2021, p. 91).

O movimento estudantil pernambucano, junto à UEP, seguiu resistindo nos anos 1960, propiciando reuniões, participando de congressos clandestinos da

UNE, organizando-se em distribuições de panfletos e propaganda contra os militares pelo fim da ditadura (SOARES, 2021, p. 91). Em 1968 foi celebrado um Congresso da UEP para eleger a direção da entidade, com a eleição do estudante de engenharia Cândido Pinto de Melo à presidência da entidade. Entretanto, em 1969, Melo sofre ativa perseguição da repressão, sendo, alvo de tiros em um atentado à sua vida. Cândido sobrevive, ficando parálítico, e, de acordo com Soares (2019, p. 3), após tal tentativa de assassinato, a UEP foi desestruturada e retorna a atividade em 1980, participando dos movimentos em prol das eleições diretas e pelo fim da ditadura militar.

4. Mulheres militantes

Nos movimentos de resistência, que eram partidos políticos ou grupos com linha política definida, mas que não denominavam-se partidos³, existiam membros de diversas parcelas da sociedade, com grande quantidade de trabalhadores e estudantes em seus quadros, que incluíam militantes mulheres. É preciso observar que a ordem ditada socialmente desde antes da década de 1960 punha a mulher como restrita ao ambiente doméstico, com o incentivo às participantes dos grupos e passeatas pró-golpe sendo uma exceção. Carla Bassanezi, em “História das mulheres no Brasil”, aponta que:

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. (BASSANEZI, 2004, p. 510).

Destarte, a presença de mulheres em atividades políticas não foi aceita pelos agentes da ditadura e conservadores. Ana Colling, em “A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil”, traz o pensamento de que, ao entrarem em organizações de oposição ao regime militar, a mulher ocupava, sob o olhar repressivo, um caráter desviante, e acabava insultando duplamente o regime, pois alinhava-se aos ditos comunistas e rompia espaço o estabelecido para a mulher, saindo da posição de passividade (COLLING, 1997, p. 80). Ainda, por muitas vezes

³ Alguns chamavam-se de Entidade de Massas (PCBR, 2005 p. 47).

os registros sobre as mulheres traziam informações de seus parentes homens, considerando-os seus apêndices, com suas opções de posicionamento político sendo postas em segundo plano para alinhar-se às de algum pai ou marido, como se não fossem capazes de nutrir pensamento e comportamento próprios (COLLING, 1997, p. 99).

A estranheza frente a participação da mulher na política, entretanto, não era exclusiva aos conservadores, pois, segundo Denise Rigonati, dentro das organizações de esquerda, que representavam a resistência ao regime militar, também não era valorizada a presença feminina: “(...) o machismo ocorria inclusive dentro das organizações. Muitos militantes de esquerda também viam a política como um espaço masculino, motivo pelo qual eram raras as mulheres que assumiam cargos diretivos em organizações (...)” (RIGONATI, 2015, p. 52).

Mesmo ocupando poucos postos de chefia, as mulheres permaneciam dentro da resistência, com ramificações da política pacífica e guerrilheira (COLLING, 1997, p. 67). Ao lado dos demais companheiros de organizações, elas, na luta de massas⁴, elaboravam materiais para divulgação de ideias, como cartazes e panfletos; além de promover reuniões clandestinas e comícios para distribuir e debater textos e ideais contra o governo ditatorial (SILVA, 2007, p. 173). Na luta armada, no âmbito urbano, eram participantes de assaltos a bancos para financiamento dos grupos, sequestros para barganhar a liberação de presos políticos, ocupação de rádios para divulgação de material revolucionário (SILVA, 2007, p. 179); na guerrilha rural, deslocaram-se para comunidades afastadas do eixo dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo com o intuito de dialogar com as populações e construir uma revolução (RIGONATI, 2015, p. 46).

As militantes eram, em sua maioria, também trabalhadoras ou estudantes, atuando paralelamente em entidades representativas de classe, como sindicatos e a UNE, e seus movimentos políticos (COLLING, 1997, p. 49). A resistência, portanto, dava-se, em alguns casos, em associação a essas organizações e seus planos de ação, com formação política, reuniões, assembléias, comícios, produção de material, greves e paralisações. A partir de locais como diretórios acadêmicos e organizações sociais, estas mulheres representaram seus

⁴ Termo utilizado por Jacob Gorender para tratar da resistência não-armada à ditadura militar (GORENDER, 1987, p. 153).

pontos de vista, confrontando a ordem costumeira de que elas não poderiam figurar como sujeitos detentores e formadores de opinião.

Desta forma, é possível observar que foi diversa a participação das militantes em suas organizações. Passavam desde a luta pacífica, à luta armada. Há o caso da estudante universitária pernambucana Ranússia Alves, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que esteve no XXX Congresso da UNE, em São Paulo, um evento clandestino que agregou estudantes de todo o país para eleger a direção da entidade e acabou sendo invadido por forças governamentais (CEMVDHC, 2017, p. 228). Também há registro de militantes como Nancy Unger, também integrante do PCBR em Recife, que organizaram sequestros de diplomatas para a libertação de presos políticos e ações de expropriação para fins de financiamento (CARVALHO, 1998, p. 338; 353).

Estar inserida em organização resistente, ser parente de alguém com atividade política e até simpatizar com as causas era motivo para perseguição e captura dessas mulheres (BANDEIRA, 2012, p. 133). Na propaganda de caça, muito se falava com xingamentos à figura feminina, aliando-as a prostituição, à devassidão que seria inerente à mulher aliada à esquerda (COLLING, 1997, p. 104). A partir de levantamentos em arquivos, pesquisas científicas e os materiais colhidos nas comissões da verdade, pôde-se obter mais informações sobre essas mulheres que participaram da resistência à ditadura, o que não é muito pautado historicamente, com Colling apontando que “A história da repressão durante o período da ditadura militar é a história dos homens. A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder, porque o poder é masculino.” (COLLING, 1997, p. 116).

5. Estudantes pernambucanas da resistência

Sob a égide da ditadura militar, as mulheres estudantes pernambucanas posicionaram-se diversamente. Houve aquelas que, com pensamento conservador, aliam-se aos governistas; e as de ideias progressistas, que resistem às medidas impostas pelos militares (PRESOT, 2004, p. 77; BANDEIRA, 2012, p. 15). Dentro de movimentos estudantis, organizações de

esquerda e partidos políticos, as resistências frutificam em Pernambuco, com diversas estudantes participando destes movimentos e seguindo uma trajetória de luta, em que os métodos de oposição ao regime das estudantes expressava-se de diversas maneiras, com essas pernambucanas participando como professoras em cursos de alfabetização de trabalhadores (BANDEIRA, 2012, p. 113), confeccionando cartazes e panfletos com frases contrárias ao governo (SILVA, 2007, p. 229), ocupando rádios para passar mensagens e fazer solicitações (SANTOS, 2016, p. 70), criando e participando de reuniões para discutir sobre a ditadura (SANTOS, 2016, p. 73) e outras ações junto a diretórios acadêmicos, grêmios estudantis, diretórios centrais de estudantes, partidos e organizações políticas, UEP e à UNE.

Para fins de direcionamento do texto, é possível destacar Maria Leônidas Lopes, Sílvia Lúcia Viana Montarroyos, Ranússia Alves Rodrigues e Teresa Cristina Wanderley Neves como exemplos de mulheres estudantes do estado de Pernambuco que participaram ativamente de movimentos de resistência à ditadura militar e tiveram suas vidas muitíssimo impactadas pelas lutas e vivências durante os anos de 1964 e 1985. O relatório trazido pela Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara (CEMVDHC), de 2017, a dissertação de Denise Rigonati (2015), a tese de Andréa Bandeira (2012) e a tese de Marcília Silva (2007) trazem relatos de vida dessas estudantes e recortes de suas atuações políticas e perseguições sofridas.

Dentro do Movimento de Educação de Base (MEB), Maria Leônida Lopes, apelidada de Nida, foi professora de trabalhadores rurais em sua cidade natal, Garanhuns, no interior de Pernambuco. Em 2012, concedeu entrevista à pesquisadora Andréa Bandeira e relatou como participou da resistência à ditadura. Primeiramente, Nida inseriu-se no movimento estudantil secundarista presente em seu colégio católico, a Juventude Estudantil Católica (JEC), com reflexões sobre a sociedade e busca por justiça social sendo elementos constituintes da JEC (SOARES, 2007-2008, p. 486). Ao lado da irmã, Nida passa a compor o MEB entre 1963 e 1964, alfabetizando pessoas em áreas rurais.

O MEB, que era vinculado à Igreja Católica e recebia apoio das UEEs e da UNE, era uma política governamental instaurada pelo Decreto nº 50.370, de

1961. Seu meio de alfabetização incluía aulas e radiofonia, com transmissão no meio rural (BRASIL, 1961). Após o golpe de 1964, foi mal visto pelo recém composto governo militar, que pôs o MEB na ilegalidade sob a acusação de subversão, com os participantes e professores sendo dispensados, assim como Nida, que parte para o Recife. Na capital, Nida passa a cursar Sociologia na então Faculdade do Recife (UR) e ingressa na Ação Popular (AP), uma organização com princípios católicos progressistas (CEMVDHC, 2017, p. 361). A AP aglutinava algumas juventudes católicas, como a JEC, com grande atuação no movimento estudantil, alinhamento com a UNE e um teor marxista humanista. Na AP, Nida participou de manifestações, protestos e caminhadas contra a ditadura militar, sendo convocadas pela UNE e pela própria organização. Seguindo na oposição ao regime, Nida continua o curso de Sociologia e atua no movimento estudantil, participando, em 1989, da Assembleia Geral de aprovação dos Estatutos e Eleição da 1ª Diretoria da Federação Nacional dos Sociólogos (MIRHAN, 2021).

Outra estudante integrante da resistência é Sílvia Lúcia Viana Montarroyos, que, à época da ditadura, estudava Direito e Belas Artes na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). A história de Sílvia está narrada, em partes, na Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara e na tese de Marcília Gama (2007). Os registros abordados em sua petição ao Governo de Pernambuco (2001) tratam, principalmente, da sua perseguição e prisão. Pode-se desprender dos documentos que Sílvia começa sua trajetória no movimento estudantil aos dezessete anos de idade, com um irmão também militante. A organização em que Montarroyos atuava era de linha trotskista e sua prisão deu-se devido a ser flagrada pintando cartazes com palavras de ordem contra a ditadura militar.

Sílvia é encaminhada ao DOPS-PE e, após uma noite de detenção, escapa pela porta da frente. De acordo com Silva (2007, p. 229), a fuga de Montarroyos revolta os militares devido ao fato da estudante ter saído facilmente sob sua vigilância. Começa, então, uma caça pela jovem, que passa a ser retratada como uma figura demoníaca, que enganaria devido a beleza, mas era fator de grande ameaça. Suas fotos, nome e codinome (Tatiana), são veiculados na mídia, com uma busca incessante das forças repressivas (PERNAMBUCO, 2001). Após ter

a presença em um esconderijo de companheiros de organização denunciada, Sílvia novamente é levada ao DOPS-PE. No cárcere, Montarroyos passa por sessões cruéis e intensas de tortura, como estupros individuais e grupais, queimaduras, choques elétricos, lesão corporal e luzes ofuscantes, o que faz com que ela perca parte da visão.

As seções eram sempre acompanhadas de agressões verbais (com muitos palavrões), morais e físicas. Durante os interrogatórios, para forçar a minha confissão, me submeteram a um foco de luz (do tipo farol de carro) altíssima em meus olhos, em função dos qual perdi 90% da visão. (MONTARROYOS, 2004 apud SILVA, 2007, p. 230).

Após meses de torturas e transferências, Sílvia passa a sofrer alucinações e é internada no Manicômio Judiciário Ulisses Pernambucano, no bairro recifense da Tamarineira. No momento da admissão no hospital, enfrentava desnutrição extrema, com marcas pelo corpo e desfalecimento, sob o estado de coma. Mesmo menor de 21 anos, maioridade penal da época, Sílvia permanece detida até o ano de 1965, conseguindo liberdade através da intercessão de Dom Hélder Câmara ao seu favor. Após sua liberação, Montarroyos parte para o exílio na França, fixando residência em Portugal, país em que permanece a morar. Em 2001, o Decreto nº 23.897, do Governo de Pernambuco, concedeu o reconhecimento de danos morais e da prática da tortura contra Sílvia Montarroyos.

A estudante de enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Ranússia Alves Rodrigues, militava no movimento estudantil através de seu diretório acadêmico, participando da ilegal UNE e indo até São Paulo em 1968 para o XXX Congresso da UNE, que resultou na prisão de diversos estudantes (SANTOS, 2009, p. 101). Antes de ingressar na universidade, Alves já estava inserida no movimento estudantil, participando desde secundarista de movimentos de alfabetização de adultos (CEMVDHC, 2017, p. 228). Quando acadêmica, a garanhuense Ranússia ocupa a presidência de seu diretório acadêmico, e, além de estar ao lado da UNE, participava do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), organização que começou como uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e obteve grande expressão em Pernambuco, com uma linha política marxista-leninista através da resistência armada (CEMVDHC, 2017, p. 171).

Devido ao Decreto-Lei nº 477, em 1969, Alves foi expulsa da universidade devido a sua atuação no movimento estudantil, mudando-se de

Pernambuco para o Rio de Janeiro. Vigiada pelos militares, Ranússia é assassinada em 1973 na cidade do Rio de Janeiro, junto com companheiros de organização. A certidão de óbito e os restos mortais de Ranússia não foram entregues à família, com seu corpo nunca sendo encontrado, permanecendo considerada uma desaparecida política (CEMVDHC, 2017, p. 228). O Diretório Acadêmico do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco foi nomeado Ranússia Alves em sua homenagem. Em 2016, houve um ato simbólico na Associação dos Docentes da UFPE em que se considera simbolicamente Ranússia como uma estudante da UFPE.

É possível observar que as juventudes ligadas ao movimento estudantil universitário podem ser advindas do movimento estudantil secundarista, em que os grêmios, também afetados pela repressão e pela Lei Suplicy, propiciavam meios de formação política antiautoritária. Uma estudante que tem suas raízes opositoras ao regime junto às escolas é Teresa Cristina Wanderley Neves, então estudante do colégio secundarista Ginásio Pernambucano (GP). Neves passa a militar nas fileiras do PCBR e atuar no GP organizando protestos e reuniões, como relatado em depoimento na pesquisa de Fabíola Lucena, de 2016.

O GP, situado no centro da cidade do Recife, foi um grande reduto de estudantes vinculados à resistência à ditadura que se agrupavam em diversos movimentos. Neves afirma ter uma atuação constante no movimento estudantil em 1967, um período crítico em que essas resistências debatiam a saída do governo repressivo através da luta armada. No GP, as eleições ao Grêmio Estudantil da escola acontecem nesse período e muitas das pautas suscitadas pelos estudantes perpassam temas de âmbito nacional. Neves segue na resistência, mas, de acordo com seu depoimento na CEMVDHC, cita que em 1970 seu companheiro foi preso pela repressão e ela segue em fuga para o estado de São Paulo.

Essas estudantes que agiram em Pernambuco têm vivências diversas, táticas e filosofias políticas diferentes, assim como as consequências de suas militâncias também singulares. O que as une, portanto, é a participação em organizações resistentes no estado de Pernambuco durante os anos da repressão advinda da ditadura militar e como tais atos repressivos incorreram duramente em suas rotinas e vidas, chegando a ceifa-las. Observa-se, destarte, que os métodos de oposição empregados variam desde a organização de eleição de um grêmio

estudantil, participação em um congresso a pintura de uma faixa. As estudantes cujas narrativas foram parcialmente expostas acima traçaram a luta política pacífica e, mesmo assim, sofreram represálias que as impactaram de múltiplas maneiras.

6. Violência de gênero

As detenções efetuadas pelos agentes públicos da repressão agiam levando os presos políticos a elaborarem confissões e entregarem informações através da tortura física e psicológica que colocavam os militantes em situações extremas. A amplitude dos danos empregados pela repressão vem na intencionalidade de findar a esperança dos capturados, no passo em que “(...) não é mais para o corpo que se dirige a punição, mas para a alma (...)” (FOUCAULT, 1993, p. 21).

A singularidade trazida pela experiência obtida pela figura feminina durante a ditadura militar e seus atos de exceção devem ser analisados a partir do ponto em que, ao serem capturadas, as mulheres vivenciavam situações diferentes das dos resistentes homens (ROCHA, 2015, p. 1). A violenta tortura empregada era especialmente cruel às mulheres, com o estupro figurando como uma forma de tomada de poder do corpo da vítima, sendo recorrente em diversos relatos. Mulheres foram assassinadas, estupradas, torturadas. Quando grávidas, sofreram abortamentos forçados e tiveram seus filhos separados de si.

Houve mulheres estupradas. Outras sofreram abortamento forçado devido a chutes na barriga ou foram colocadas em “cadeiras do dragão”, levando choques elétricos na vagina, na barriga, nos seios, na cabeça. Houve aquelas que tiveram seus bebês nos DOI-CODIs. Algumas foram assassinadas grávidas como foram os casos de Soledad Barret Viedma (1945-1973) e de Dinalva de Oliveira Teixeira (1945-1974). Outras tiveram seus bebês em cativeiros e se sabe quase nada a respeito do destino dessas crianças. (TELES, 2014, p. 14).

A mídia auxiliava na extinção da reputação da mulher militante, passando a imagem de que elas eram por vezes demoníacas, por outras descartáveis, frívolas e amantes dos líderes de esquerda, descaracterizando-as como sujeitos políticos (COLLING, 1997, p. 80). Perseguidas pelos órgãos de inteligência, odiadas pelos jornais e denunciadas pelos cidadãos, o medo perpassa a militância, já que as prisões políticas levavam à prática de torturas dentro das

instituições governamentais. Por serem mulheres, a intensidade das torturas passava o recado além da atividade política, mas atingia a própria subversão dos padrões de gênero reservados a elas: o privado, a casa, os filhos; não as ruas e as próprias ideias (RIGONATI, 2015, p. 81; ROCHA, 2015, p. 5)

7. Memória e verdade

Em um cenário de instabilidade econômica, perseguições, censuras e torturas, o regime militar perece sob corrupção e protestos (ASSIS, 1983; MOLICA, 2005). As manifestações foram articuladas junto ao movimento estudantil, classe trabalhadora, exilados, movimentos de resistência, partidos de esquerda, setores das classes artísticas (TELES, 2014, p. 17). Em 1975, é criado o Movimento Feminino Pela Anistia, com mulheres, principalmente mães e companheiras de presos, exilados e desaparecidos, movimentando-se em busca de justiça para seus familiares através da edição de jornais, revistas, cartas e encontros (VARGAS, 2008, p. 9). A abertura democrática começa a ser consagrada em 1979 com a Lei da Anistia e segue até 1985. A UNE, as UEEs e as entidades de estudantes secundaristas voltam à legalidade no mesmo ano, através do disposto nas Leis nºs 7.395 e 7.398. A grande conquista nacional da década de 1980 reverbera até os dias de hoje, com a Constituição promulgada em 1988 trazendo ampla proteção aos direitos humanos e vedação expressa da tortura.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. (BRASIL, 1988).

Ao final do período ditatorial, os grupos de famílias de mortos e desaparecidos políticos passam a reivindicar o direito à memória, indo junto ao Estado e a sociedade civil em busca de informações. O artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que visa estabelecer transição entre ordenações, discorre sobre o direito à memória e à verdade, servindo de base para a formação da Comissão Nacional da Verdade em 2011, que tinha o intuito de investigar acontecimentos ocorridos durante a ditadura militar. Alguns estados, como

Pernambuco e São Paulo, também criaram suas próprias comissões, com os nomes homenageando grandes resistentes à ditadura, respectivamente, o religioso Dom Hélder Câmara, e o engenheiro Rubens Alves.

As Comissões atuaram no sentido de defender os direitos humanos e buscar a apuração de fatos, o que leva à reavivação da memória e recomendação de indenizações e ações a serem tomadas pelo Estado após identificação de responsabilidade em violência contra cidadãos (CEMVDHC, 2017, p. 21). Para além de tais encaminhamentos, o trabalho realizado levou a edição de volumes de relatórios e livros, além da catalogação de centenas de documentos posteriormente disponibilizados ao público, que auxiliam no trabalho de pesquisadores. Desta forma, é impensável que existam ordenações como o Decreto nº 10.148 de 2019 que retiram do Arquivo Nacional a decisão de como eliminar os documentos de produção pública. É necessária a realização da defesa da manutenção dos acervos arquivísticos em geral, incluindo as documentações sobre o período ditatorial, que foram conseguidas através de muita dedicação da CNV e das reivindicações históricas dos movimentos de vítimas da ditadura e famílias de mortos e desaparecidos.

No que concerne à bibliografia acerca do período da ditadura militar brasileira, é comum ser valorizada a figura do homem, assemelhando-se ao apontado por Soihet e Pedro ao dissertar sobre o avanço da análise de gênero na historiografia: “(...) acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade.” (2007, p. 248). Mais uma vez, as mulheres são encaminhadas a papéis subalternos, citadas como esposas, mães e filhas de outros, como se fossem coadjuvantes, deixando de abordar que elas, assim como os homens, viveram sob a clandestinidade, apoiaram as forças golpistas, pegaram em armas, socializaram formação política, foram presas, torturadas e mortas.

A memória dessas mulheres, que, além de militantes, são estudantes, trabalhadoras e integrantes de grupos familiares, ajuda a ter um novo olhar frente à história (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 297). É latente a importância de abrir cada vez mais espaços para a socialização de relatos, investigação e pesquisa sobre os vinte e um anos de ditadura militar brasileira, levando a figura feminina à pauta,

abordando costumes, práticas e métodos de organização social de quem sofreu prisões arbitrárias, torturas, participou de protestos, organizou reuniões, viveu na clandestinidade e contribuiu na resistência à ditadura nas mais diversas formas.

8. Referências

ADUFEPE. **Depois de 40 anos, Ranússia Alves é reconhecida como discente da UFPE. 2016.** Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/depois-de-40-anos-ranusia-alves-e-reconhecida-como-discente-da-ufpe/>. Acesso em: 15 set. 2022

ASSIS, J. Carlos. **A Chave do Tesouro, anatomia dos escândalos financeiros no Brasil: 1974/83.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BANDEIRA, Andréa. **Resistência Cor-de-rosa-choque: militância feminina no Recife, nos anos 1960.** 2012. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/13308/1/Tese%20Final%20Andr%C3%A9a%20Bandeira.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. IN PRIORE, Mary del (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL. Concede anistia e dá outras providências. **Lei nº 6.683. 1979.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em 2 set. 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 2 set. 2022.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório.** Volume I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>. Acesso em 16 out. 2022.

_____. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Decreto-Lei nº 477. 1969.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 out. 2022.

_____. Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Decreto nº 50. 370. 1961.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50370-21-marco-1961-390046-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

_____. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Lei nº 7.398. 1985.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 13 ago. 2022.

_____. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da

revolução Vitoriosa. **Ato Institucional nº 1. 1964.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 14 out. 2022.

_____. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. **Lei nº 7.395. 1985.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7395.htm. Acesso em: 13 ago. 2022.

_____. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. **Lei nº 4.464. 1964.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 set. 2022.

_____. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. **Decreto nº 10.148. 2019.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10148.htm. Acesso em: 27 out. 2022.

_____. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Ato Institucional nº 5. 1968.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 24 ago. 2022.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada.** Porto Alegre: Globo, 1998.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

CORREIA, Raphael Henrique Roma. O Golpe “Civil Militar” Em Pernambuco: possíveis (re) abordagens. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 17, n. 6, p. 27-42, jan-jul. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Maicon Mauricio Vasconcelos. **Nos Interstícios do Golpe: Resistência da Juventude em Pernambuco à Ditadura Civil-militar Brasileira (1964-1972).** 2014. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 2005.

_____. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1993.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

LUCENA, Fabíola Alves de. **A Comunicação clandestina no Movimento Estudantil em Recife durante a ditadura militar.** 2016. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24535>. Acesso em: 01 set. 2022.

MIRHAN, Lejeune. **As Entidades de Sociólogos e de Sociologia no Brasil.** 2021. Disponível em: <https://www.lejeune.com.br/index.php/blog/231-as-entidades-de-sociologos-e-de-sociologia-no-brasil.html>. Acesso em: 15 set. 2022.

MOLICA, Fernando. **As dez reportagens que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1919-1964). 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Sobre o Movimento Estudantil**. Recife: Editora Coqueiro. 2005.

PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. **Relatório Final**. Volume I. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2017.

_____. **Relatório Final**. Volume II. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2017.

_____. **Sílvia Lúcia Viana Montarroyos**. 2001. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/2/0/3/203c9f32f27e7464d2a923919477a81943b2c50c12441fa1e0ca2bb018fdb4f6/fd34116b-bae8-49b7-b000-533dc46628c7-Silvia_Lucia_Viana_Montarroyos.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.

PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. 2004. Dissertação (Mestrado) - IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. IN DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RICHTER, Daniela; FARIAS, Thieser da Silva. Ditadura Militar no Brasil: dos instrumentos jurídicos ditatoriais para a democracia outorgada. **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 381-405, set.-dez., 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v11n3a32019.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

RIGONATI, Denise Truguilho. **Ainda choram Marias e Clarices**: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

ROCHA E SILVA, Simone Tenório. **Em busca da utopia**: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968). 2002. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7669/1/arquivo7613_1.pdf. Acesso em 27 out. 2022.

ROCHA, Raquel Caminha. Narrativas de mulheres contra a ditadura de 1964: eixos narrativos e subjetividade feminina. **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, p. 1-9, jun. 2015.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; PIORNEDO, Neide Carolina A.; DIAS, Priscylla Karollyne Gomes; MEDEIROS, Vinicius Borges de. Mordaça e vigilância nos tempos de chumbo. IN SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (orgs.). **Pernambuco na mira do golpe**, volume 1: educação, arte-cultura e religião. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, Marília, ano III n. 5, p. 101-108, dez., 2009. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/SANTOS.pdf>. Acesso em 12 out. 2022.

SANTOS, Thayana de Oliveira. **As mulheres do raio leste**: As presas políticas da Casa de Detenção do Recife (1964-1967). 2016. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SÃO PAULO. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". **Relatório**. Tomo I. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/Tomo_I_Completo.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). 2007. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

_____. O modus operandi do DOPS-PE e o seu papel em "Defesa da Segurança Nacional" de 1964-1985. IN SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (orgs.). **Pernambuco na mira do golpe**, volume 2: direitos humanos, acervos, política e sociedade. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

SOARES, David. A (re)definição da identidade da Juventude Escolar Católica (JEC) no final da década de 60. **Lusitania Sacra**, Lisboa, s.2, t. 19-20, p. 483-490, 2007-2008. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4532/1/LS_S2_19-20_DavidSoares.pdf. Acesso em 01 nov. 2022.

SOARES, Thiago Nunes. A reconstrução da União Dos Estudantes De Pernambuco (UEP): disputas, vigilância e militância contra a ditadura. IN VILELA, Márcio Ananias Ferreira (org.). **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil**. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565297236_ARQUIVO_ArtigoANPUH2019ThiagoNunesSoares.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. UFPE: repressão, expansão e modernização (1959-1974). IN SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (orgs.). **Pernambuco na mira do golpe**, volume 1: educação, arte-cultura e religião. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Maria Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun, 2014.

TEMPO. Niterói: Editora da UFF, v. 14, n. 28, 2010. Quadrimestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/i/2010.v14n28/>. Acesso em: 22 out. 2022.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. **IX Encontro Estadual de História - Associação Nacional de História, Seção Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul. 2008.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.